

Suborno em alta escala

IRWIN ROSS

QUANDO, a 3 de fevereiro de 1975, Eli M. Black, diretor da United Brands Company, se suicidou lançando-se do 44.º andar do Pan Am Building em Nova York, a Comissão de Comércio Externo (C. C. E.) imediatamente iniciou uma investigação à United Brands (que, entre outros negócios, é proprietária de plantações de bananas em Honduras). Dois meses mais tarde, a C. C. E. acusou a companhia de, em 1974, ter subornado com 1.125.000 dólares um alto funcionário governamental hondurenho, com o intuito de obter uma redução nas taxas de exportação de bananas do país. A United Brands admitiu o suborno. Dias depois, o governo de Honduras era derrubado por um golpe militar.

O caso da United Brands foi apenas o primeiro, numa série de revelações sobre vultosos pagamentos corruptos feitos no estrangeiro por grandes companhias norte-americanas. Decorrido um mês, o presidente da Gulf Oil declarou a um comitê do Senado que sua companhia concedera subsídios ilegais ao partido político do governo da Coreia, num total de

quatro milhões de dólares, bem como proporcionara outras gratificações, na Bolívia e na Itália. Depois, em junho de 1975, diretores da Northrop Corporation admitiram ter despendido 450 mil dólares para subornar dois generais da Arábia Saudita numa tentativa de vender seus aviões militares. Durante vários anos, a Northrop vinha também mantendo secretamente como «conselheiro» o ex-chefe do estado-maior da Força Aérea francesa – um general que, em 1974, destacou as qualidades dos aviões militares norte-americanos sobre os de fabricação francesa. Em seguida, a Exxon, a maior empresa dos Estados Unidos, revelou que, de 1963 a 1972, gastara 29 milhões de dólares em subvenções políticas secretas na Itália.

A revelação subsequente de que a Lockheed, a mais importante fornecedora norte-americana de material de guerra, pagara em subornos no estrangeiro mais de 22 milhões de dólares (que posteriormente subiram a 25 milhões) desde 1968 a 1975 – 12,6 milhões de dólares só no Japão – abalou gravemente o governo do Pri-

meiro-ministro Takeo Miki e levou à prisão 18 pessoas, inclusive o ex-Primeiro-ministro Kakuei Tanaka, acusado de haver aceito 1,6 milhão de dólares de suborno. Na Holanda, o escândalo da Lockheed levou o Príncipe Bernhard, consorte real, a resignar em agosto passado a praticamente todos os seus postos militares e a gestões empresariais, após uma comissão governamental haver concluído que o príncipe manteve relacionamento «inaceitável» com a Lockheed.

Não adianta argumentar que o suborno predomina em algumas partes do mundo e que certas empresas norte-americanas estão apenas seguindo o exemplo dos competidores estrangeiros. Essa é a usual maneira de pensar dos sonegadores de impostos, dos burladores de imaginação fértil e dos burocratas corruptos — o estribilho egoísta «Todo mundo faz isso».

A verdade é que qualquer negócio baseado no suborno é moralmente reprovável porque avilta todo tipo de relações, comerciais e públicas. Elliot Richardson, secretário de Comércio dos Estados Unidos, afirmou: «O suborno corrói a confiança que deve existir entre comprador e vendedor para que o comércio nacional e internacional possa progredir.»

As denúncias dos casos mais famosos de corrupção resultaram de iniciativas tomadas pela C. C. E. ou pelo subcomitê do Senado perante as empresas multinacionais.

Além de ter intentado 17 ações judiciais contra poderosas empresas acusadas de não revelarem fatos de interesse de seus investigadores, a C. C. E. deu início no ano passado a um «programa voluntário» para encorajar outras companhias a abrirem o verbo. A C. C. E. revelou claramente que todas as empresas que assim procedessem voluntariamente seriam julgadas com benevolência. As empresas deviam garantir que não voltariam a cometer essas irregularidades e que se sujeitavam a uma investigação rigorosa sobre os fatos ocorridos.

No fim de junho de 1976, 135 empresas dos Estados Unidos já haviam confessado fraudes cometidas no país ou no exterior. Entre elas, incluíam-se companhias de aviação, firmas industriais, companhias petrolíferas, indústrias alimentícias, companhias de produtos químicos, fábricas de utensílios domésticos, companhias de produtos de borracha e de têxteis. Dessas firmas, 81 apareceram na revista *Fortune*, numa lista das 500 maiores firmas industriais dos Estados Unidos.

Como é que as companhias norte-americanas entraram nesse rolo? Em muitos casos, o motivo foi simplesmente assegurar ou manter o negócio. Por vezes, os subornos tomavam a forma de propinas concedidas aos executivos das firmas clientes, sendo aumentado o preço do produto para cobrir o dispêndio. A Ogden Corporation informou, por exemplo,

que em 1971 uma subsidiária europeia havia retirado 1,3 milhão de dólares, (num faturamento global de 35 milhões de dólares para dá-los ao principal executivo de uma companhia que encomendara duas torres de perfuração de poços de petróleo para serem utilizadas no Mar do Norte.

O suborno pode não estar relacionado com uma venda específica. Em fevereiro de 1976, o então vice-presidente da Lockheed, A. Carl Kotchian, confessou que sua companhia havia pago um milhão de dólares em princípios da década de 1960 a um «alto funcionário governamental» da Holanda por aquilo que Kotchian denominou «facilidades gerais e ajuda em vários programas». Nessa ocasião, a Lockheed estava tentando vender aviões militares a vários países da O. T. A. N. (inclusive a Holanda), e conseguiu fechar negócio com os holandeses.

Em alguns casos, o suborno (ou contribuição política) é feito em decorrência de extorsão. As empresas multinacionais são vulneráveis a esse tipo de pressão por parte dos países estrangeiros onde têm subsidiárias: os impostos podem ser agravados; as licenças, recusadas; a remessa de lucros, bloqueada.

Em 1966, a Gulf Oil também se encontrava nessa situação pouco invejável na Coreia do Sul, quando foi pressionada a conceder uma substancial contribuição ao Partido Republicano Democrático,

que estava no governo. Bob R. Dorsey, então presidente da Gulf, declarou no ano passado: «O pedido foi acompanhado de uma insistência que deixava poucas dúvidas sobre o que aconteceria se a companhia tivesse preferido recusar a solicitação.» Dorsey autorizou a doação de um milhão de dólares. Quatro anos depois, quando as eleições de 1971 se aproximavam, a Gulf recebeu mais um pedido de dez milhões de dólares. Por fim, Dorsey conseguiu reduzir o pedido para três milhões. Esses dois donativos foram mencionados na contabilidade da Gulf Oil como investimentos de capital numa subsidiária das Bahamas que era também utilizada para «canalizar» verbas que depois seriam distribuídas em ajudas políticas ilegais nos Estados Unidos.

Ninguém defende publicamente o suborno, mas as opiniões variam quanto à maneira de combatê-lo. A maioria dos homens de negócios acha que se deve conseguir um acordo internacional para eliminar as práticas corruptas, na medida em que uma ação unilateral em menor escala deixaria as empresas norte-americanas em desvantagem competitiva. O Governo Ford propôs «um efetivo acordo internacional para eliminar a corrupção», a ser criado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas. Serão necessárias intermináveis negociações antes que se obtenha qualquer acordo.

Por essa razão, muitos pensam que os Estados Unidos devem atuar de forma independente, ainda que continuando a apoiar uma ação conjunta internacional. Em junho, o comitê financeiro do Senado aprovou por unanimidade o projeto apresentado pelo Senador William Proxmire, que passava a considerar crime o suborno de funcionários de governos estrangeiros. O problema que esta medida apresenta é a dificuldade de colocá-la em prática, pois os Estados Unidos não estão em posição de realizar investigações num país estrangeiro. Provavelmente, um caso só seria resolvido se alguém nos Estados Unidos, que estivesse comprometido numa conspiração de suborno, fosse persuadido a falar.

Talvez uma medida mais prática, e que poderia imediatamente suplementar uma lei contra o suborno, se baseasse no efeito inibitório da revelação pública. O Presidente Ford anunciou recentemente ser favorável a uma lei que exija das empresas controladas pelos Estados Unidos uma declaração de todos os pagamentos «feitos com a intenção de influenciar, direta ou indiretamente, a conduta de funcionários governamentais estrangeiros». Os relatórios iriam para uma repartição do governo — e ficariam por fim à disposição para uma inspeção pública. A violação por qualquer entidade da apresentação dos relatórios pedidos seria considerada crime.

No entanto, nem todas as pessoas a favor da revelação pública estão convencidas de que seja indispensável nova legislação. Simplesmente executando a lei através de seu programa voluntário», a C. C. E. conseguiu um volume considerável de declarações. Na opinião de Roderick Hills, presidente da C. C. E., uma comissão vigilante seria capaz de resolver o problema. Ele salienta que «nenhum funcionário de uma companhia pode sobreviver» a revelações públicas como as que foram feitas pela Lockheed, a United Brands ou a Gulf Oil; na verdade, altos administradores da Lockheed e da Gulf foram obrigados a demitir-se.

Uma lei sobre a denúncia do suborno teria a vantagem de definir uma política nacional. Essa lei poderia dissuadir mais poderosamente do que as ameaças de punição pela C. C. E., pois, futuramente, os limitados recursos desta comissão podem ser desviados para outros problemas mais prementes. Apesar disso, todos os grupos relacionados admitem que a ação da C. C. E. se beneficiaria com uma lei que considerasse crime as falsificações contábeis das firmas. A pedido da C. C. E., o Senador Proxmire incluiu essa cláusula na sua legislação; o Governo Ford também deu parecer favorável a essa emenda.

Ninguém duvida que a obrigação da declaração de ilegalidades irá reprimir os atos de suborno.

No processo, algumas atividades norte-americanas no exterior talvez se vejam perdidas, mas seu volume não parece ser grande, comparado com o valor superior a 107 bilhões de dólares das exportações do ano passado. Companhias solidamente implantadas no mercado, dispendo de tecnologia avançada e produtos de grande procura, conseguem vender suas mercadorias no estrangeiro sem necessidade de recorrer ao suborno.

George W. Ball, ex-subsecretário de Estado, afirmou: «Algumas companhias norte-americanas irão certamente perder oportunidades de negócio, mas isso é um prejuízo que devemos suportar para a melhoria de nosso sistema político e econômico. Enquanto nossas organizações comerciais cederem ao suborno e à propina, continuam fornecendo argumentos ao mito comunista de que o capitalismo é fundamentalmente corrupto.»

UM CASAL de jovens recém-casados entrou numa loja de móveis e o marido disse que andavam à procura de algo fora do comum para seu novo apartamento. «Queremos assim uma coisa que ninguém mais tenha», acentuou o jovem.

«Bem», retorquiu o vendedor, «que tal se fossem móveis pagos à vista?»

— *Le Hérisson, França*

OS GOVERNOS do Canadá e dos Territórios do Nordeste canadense ofereceram dez bois-almiscareiros ao povo da União Soviética. Embora vestígios fossilizados demonstrem que esses animais devam ter ido da Ásia para a América do Norte há cerca de 90 mil anos, as únicas populações nativas de bois-almiscareiros que hoje existem se encontram na região ártica do Canadá e na Groenlândia. As espécies do Velho Mundo se extinguíram na Europa depois do desaparecimento dos glaciares continentais, ainda que tenham sido encontradas provas de que bois-almiscareiros viveram na Sibéria até há cerca de dois mil anos. Este presente do Canadá foi para atender um pedido da União Soviética em que se solicitava ajuda aos canadenses para restabelecimento do rebanho desses animais na zona ártica soviética. — *Nature Canada*

SENTADO perto da janela, num restaurante de uma região rural de Nova Brunswick, Canadá, eu admirava uma pitoresca ponte coberta. Tendo ouvido falar de uma recente colisão de carros naquele lugar, perguntei ao dono do restaurante se a ponte tinha largura para dar passagem a dois automóveis. Com seu laconismo, típico dos naturais de Nova Brunswick, o homem respondeu: «Quase.»

— P. M. W.